

# Colômbia: o conflito interno e as fronteiras com o Equador e a Venezuela

## Colombia: the internal conflict and the borders with the Equator and Venezuela

Marcelo Santos\*

---

Meridiano 47 vol. 11, n. 122, nov.-dez. 2010 [p. 27 a 34]

### Introdução

Contando com uma paisagem diversificada – marcada por uma grande selva tropical, regiões montanhosas, espaços desérticos e inúmeros rios navegáveis, onde as condições básicas de vida da maior parte da população são precárias e a presença do Estado é escassa – as zonas fronteiriças colombianas vivenciam, principalmente após o início do Plano Colômbia, as principais manifestações do conflito do país. Ao longo dessas fronteiras porosas encontram-se atividades como: cultivos ilícitos de coca; processamento e tráfico de drogas; disputas territoriais entre grupos ilegais armados; embates entre militares e guerrilheiros; tráficos de armas, pessoas e insumos químicos; contrabando de gasolina; etc. Além disso, essas regiões convivem com fumigações de produtos químicos e deslocamentos forçados de populações. Todo esse quadro tem repercussões nos países vizinhos, principalmente no Equador e na Venezuela, abrindo espaço para sucessivas crises diplomáticas na sub-região andina. Esse texto apresenta um balanço dessa dinâmica envolvendo conflito colombiano, fronteiras e crises diplomáticas, durante os governos de Álvaro Uribe, Rafael Correa e Hugo Chávez.

### O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Ecuador

Colômbia e Equador possuem uma fronteira terrestre de 586 km, envolvendo os Departamentos colombianos de Nariño e Putumayo e as Províncias equatorianas de Carchi, Esmeraldas e Sucumbíos. Essa região fronteiriça compreende áreas diversas, como as do Pacífico, da Amazônia e dos Andes. Em larga medida, seja qual for a área, vale constatar que há uma história em comum entre os habitantes dessa fronteira. Isso pode ser evidenciado em fatos como: a descendência dos mesmos povos ancestrais, como na descendência dos Pastos na área andina; os laços sociais e culturais, como nas comunidades afrodescendentes do pacífico; e as ligações familiares na área amazônica, decorrentes do estabelecimento de comunidades indígenas e de processos migratórios oriundos de atividades econômicas como a extração do caucho, petróleo e coca (LAURET, 2009).

Ao longo do tempo, essas relações fronteiriças se traduziram num intenso intercâmbio econômico, cultural, populacional e familiar, que tem passado incólume aos períodos de animosidades entre seus governos. Quando se observa a zona fronteiriça numa perspectiva comparativa, verifica-se que a área andina é a mais povoada e, apesar de possuir alto nível de pobreza, conta com maior atividade comercial, infraestrutura e presença institucional.

---

\* Professor de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Araraquara) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos – INEU (marsant28@yahoo.com.br).

Enquanto as áreas da Amazônia e do Pacífico compartilham problemas como elevados índices de pobreza, débil presença estatal, serviços públicos deficitários, comércio informal, infraestrutura precária (com exceção das áreas petrolíferas em Sucumbios, Equador) e ciclos de crescimento econômico que não se sustentam (ICG, 2004).

De forma emblemática, desde a década de 1990, essa zona fronteiriça tem convivido com deslocamentos forçados de populações, grande número de refugiados, violações dos direitos humanos, fumigações aéreas de herbicidas químicos, delinquência, assassinatos, sequestros, extorsões e impunidade, decorrentes da confluência entre as atividades de narcotraficantes, paramilitares e guerrilheiros, que operam acima das divisões territoriais oficiais. Também contribui para parte desse quadro, as ações governamentais colombianas relacionadas ao Plano Colômbia.

No lado colombiano da fronteira, com a desarticulação dos poderosos cartéis de Cali e Medellín, no início da década de 1990, os Departamentos de Nariño e Putumayo aumentaram sua importância estratégica para a cadeia empresarial do narcotráfico e as atividades armadas ilegais das FARC, ELN e AUC. Desde esse momento, a indústria da droga pulverizou-se em inúmeras empresas que passaram a coordenar suas atividades em territórios como os de Nariño e Putumayo, com débil presença estatal, isolamento geográfico, miséria socioeconômica, condições climáticas favoráveis e proximidade com os corredores de exportação de drogas e importação de insumos químicos e armas (ICG, 2004; LAURET, 2009). Esse quadro de atomização do narcotráfico na Colômbia contribuiu também para que os grupos armados ilegais desse país pudessem mergulhar de forma definitiva nos negócios da droga, principalmente nessas regiões fronteiriças. Além disso, os grupos guerrilheiros passaram a utilizar a região como ponto de refúgio, descanso e recomposição de tropas. Note-se que esses Departamentos colombianos já conviviam com a presença de vários grupos guerrilheiros desde a década de 1970. Os novos grupos paramilitares também continuam atuando na fronteira, como Águilas Negras, Nueva Generación, Rastrojos, Machos etc (LAVERDE Y GÓNGORA, 2009). Convém ainda esclarecer que, desde o início da década de 1980, as zonas médias e baixas do Departamento de Putumayo, fronteiras com o Equador, já presenciavam o cultivo de coca. Tal fato decorreu, por um lado, pela maior rentabilidade dos cultivos de coca em relação aos cultivos tradicionais de batata, milho, mandioca, arroz e banana, e, de outro, pelas fumigações aéreas com glifosato nos Departamentos de Guaviare e Caquetá, que ocasionaram uma migração dos cultivos para o sul do país, facilitada pelas ações criminosas de narcotraficantes e paramilitares numa região de escassa presença estatal (URIGUEN, 2008). Vale lembrar que esse Departamento, além dos altos índices de pobreza e baixa presença estatal, tem uma história marcada por vários ciclos migratórios relacionados à exploração de recursos naturais e aos efeitos das disputas por terras e ondas de violência em outras partes do país. Como é comum nos dois lados da fronteira, o Departamento também já recebeu fluxos migratórios do país vizinho, como na década de 1990, quando, devido à enorme demanda de mão de obra para o cultivo e processamento da coca, Putumayo recebeu uma massa de camponeses equatorianos que não havia sido integrada à economia petroleira da Província fronteiriça de Sucumbios (ESPINOSA, 2009). Já o Departamento de Nariño é há alguns anos o maior cultivador de coca de toda a Colômbia, com 16.428 hectares, em 2009, representando 24% do total de cultivos no país (UNODC, 2010).

No lado equatoriano, as Províncias de Carchi, Esmeraldas e Sucumbios também constituem áreas estratégicas para o narcotráfico e os grupos armados colombianos. Embora o Equador não tenha cultivos de coca significativos e não produza drogas, a cadeia empresarial do narcotráfico, com crescente presença dos cartéis mexicanos, utiliza a fronteira do país com a Colômbia como ponto de escoamento da cocaína colombiana (estima-se que 40% da cocaína colombiana saia pelo Equador), tráfico de armas e de insumos químicos (como o de gasolina branca, proveniente da Província petroleira de Sucumbios) e área de refúgio e de descanso para os narcotraficantes. A pasta da cocaína passa pelo equador por duas rotas: uma que vem do norte do Peru via Equador até os laboratórios no sul da Colômbia, e outra proveniente do Departamento de Putumayo com destino a Nariño passando pelas Províncias de Sucumbios e Carchi (CÓRDOBA, 2006). Além disso, principalmente após a dolarização da economia, o país tem sido utilizado pelo narcotráfico para a lavagem de dinheiro (VÁSQUEZ, 2005). No que se refere aos grupos

armados ilegais colombianos, o território fronteiriço equatoriano tem sido violado por ações criminais de grupos paramilitares, assim como tem sido utilizado pelas FARC e o ELN para recepção de armamentos, tráfico de drogas e como lugar de descanso, refúgio, assistência médica, reabastecimento das tropas e contatos com o exterior (ROMÁN, 2005). O governo colombiano denuncia que as guerrilhas também utilizam o território equatoriano para preparar ataques às forças públicas colombianas, como ocorreu no ataque das FARC, em junho de 2005, a base militar colombiana de Teteyé, Putumayo. A maior presença desses grupos em território equatoriano, especialmente das FARC, deve-se ao deslocamento do conflito colombiano para a região sul da Colômbia, onde tem-se concentrado a maior parte das ações do Plano Colômbia.

Com esse breve panorama da fronteira Colômbia-Ecuador, fica evidente que o conflito colombiano e sua relação com o narcotráfico repercutem em território equatoriano. Como consequência, na década de 2000, mais precisamente com os desdobramentos do Plano Colômbia, a região se transformou no local de origem de diversas crises político diplomáticas entre os governos dos dois países, que passaram a divergir sobre as visões e as estratégias em relação ao conflito colombiano e ao narcotráfico. Nesse sentido, no que se relaciona aos temas de segurança e defesa, as relações entre Colômbia e Ecuador, que historicamente se desenvolveram em parâmetros de amizade e cooperação, têm passado por sucessivas crises que, entre outros desdobramentos recentes, levaram a ruptura das relações diplomáticas entre os países em 2008. Note-se que, na década de 1990, esses países chegaram a criar uma instância político-militar, a Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON), com objetivo de consolidar uma relação de confiança em torno da agenda de segurança e defesa na fronteira. Nessa mesma perspectiva de cooperação, em 2000, o Ecuador se dispôs a receber recursos do Plano Colômbia e firmou com os EUA um convênio de concessão da Base de Manta, na sua costa do pacífico, para operações antidrogas.

A partir de 2002, nos marcos do Plano Colômbia, o governo colombiano lançou uma dura ofensiva militar contra o crime organizado e os grupos armados ilegais no Departamento de Putumayo. Essa ação foi acompanhada de uma grande operação de fumigação aérea de herbicidas químicos, principalmente glifosato, sobre os cultivos ilícitos de coca em Putumayo e Nariño. Em 2004, o governo colombiano lançou o Plano Patriota, que consistiu numa gigantesca campanha militar, nos Departamentos de Caquetá, Guaviare e Meta, com objetivo de recuperar plenamente o controle territorial do sul país e destruir a retaguarda estratégica das FARC na região. Como extensões militarizadas do Plano Colômbia também foram lançados o Plano Vitória, em 2006, e o Plano Consolidação, em 2007. Em conjunto, esses planos aumentaram a repercussão do conflito colombiano no território do Ecuador, na medida em que esse país passou a conviver com um número cada vez maior de invasões de grupos ilegais armados, de incursões do exército colombiano, de violações do seu espaço aéreo, de efeitos ambientais e sociais das fumigações químicas aéreas e de populações colombianas refugiadas e indocumentadas. Tudo gerou um grande rechaço das autoridades equatorianas às visões e estratégias colombianas e norte-americanas em relação às questões de segurança. Apesar de reforçar militarmente a fronteira, capturar guerrilheiros invasores, combater o tráfico de drogas, receber refugiados colombianos e lançar planos de desenvolvimento econômico e social para as Províncias fronteiriças (Unidad de Desarrollo de La Frontera Norte (UDENOR) e Plano Ecuador). O governo equatoriano, principalmente com Rafael Correa (2007-), tem procurado se manter distante do conflito colombiano. Apoiado no princípio da não ingerência, por entender que o conflito é um problema colombiano e não de segurança regional, o Ecuador tem-se recusado a adotar a mesma estratégia de segurança dos colombianos. Nessa perspectiva, o país não confere às guerrilhas o *status* de terroristas, como querem os governos da Colômbia e dos EUA. Além disso, o governo equatoriano alega ser vítima do conflito colombiano, que traz um alto custo ao país, que não conta com os mesmos recursos econômicos e militares disponíveis aos colombianos. Essa posição equatoriana gerou duras críticas da administração colombiana de Álvaro Uribe, que sempre considerou seu conflito armado um tema de segurança regional. Nessa perspectiva, a administração Uribe fez várias acusações de que o governo do Ecuador facilitava as atividades das FARC e do narcotráfico (FARAH y SIMPSON, 2010).

As discordâncias e tensões entre os dois países aumentaram após o 1 de março de 2008, quando o governo colombiano bombardeou um acampamento das FARC dentro do território equatoriano (Angostura), sem o conhecimento e o aval do governo equatoriano. Essa operação militar matou Raúl Reyes, alto comandante das FARC e mais 22 pessoas. O governo colombiano alegou que agiu de acordo com as teses da segurança preventiva, da legítima defesa e da co-responsabilidade internacional contra atores terroristas que utilizavam o território equatoriano para atacar a Colômbia. Destacado pela OEA e pelo grupo do Rio como uma violação da soberania do Equador, esse episódio levou o governo equatoriano ao rompimento das relações diplomáticas com a Colômbia. Desde então, Quito exige de Bogotá o cumprimento de cinco requisitos para o pleno restabelecimento dessas relações: 1) Colômbia deve abandonar sua campanha de vincular o Equador e suas autoridades com as Farc; 2) deve aumentar a presença de força pública na fronteira; 3) deve facilitar a informação requerida sobre a incursão de 1 de março; 4) entregar as informações sobre os computadores encontrados em Angostura; 5) deve realizar uma contribuição a ACNUR para a assistência aos milhares de refugiados colombianos em território equatoriano (MRE-ECUADOR, 2008). Essas exigências não impediram o Equador de restabelecer com a Colômbia, em outubro de 2009, a Comissão Binacional de Fronteira (COMBIFRON), para intercâmbio de informações em segurança e defesa. Note-se que, depois do ataque colombiano, o governo equatoriano incrementou os gastos militares, modernizou os sistemas de defesa do país, e transformou a fronteira com a Colômbia no núcleo central de sua política de segurança e defesa. O efetivo militar equatoriano nas fronteiras com a Colômbia passou de 500 para 5.000 homens.

## O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Venezuela

A fronteira com a Venezuela é a mais extensa e povoada das cinco fronteiras terrestres que a Colômbia possui. Ocupando uma área de 2.219 Km, a fronteira envolve numa parte, a vizinhança dos Departamentos colombianos de Guajira, Cesar, Norte de Santander e Arauca com os Estados venezuelanos de Zulia, Táchira e Apure, e noutra parte, a vizinhança dos Departamentos colombianos de Vichada e Guainía com o Estado venezuelano do Amazonas. Ao longo da história, a despeito de divergências e crises político diplomáticas entre os governos centrais, essa imensa fronteira foi marcada por intenso intercâmbio econômico, comercial, social e cultural. Essa fronteira também foi responsável por estimular as relações bilaterais em assuntos como integração regional, desenvolvimento fronteiriço, segurança fronteiriça, migração ilegal, combate ao narcotráfico e outros.

A região de Guajira-Zulia, de grande população indígena (Wayú) e de intercâmbio ativo, ainda guarda disputas limítrofes entre os dois países em águas marinhas e submarinhas do Golfo de Maracaibo e Ilhas Monjes. A área de Cesar e Serranía del Perijá-Zulia/Maracaibo apresenta inatividade decorrente da ausência de infraestrutura e das dificuldades climáticas e geográficas. Essa área tem sido utilizada estrategicamente pelas FARC e o ELN, que combatem na parte colombiana e se refugiam no lado venezuelano. A fronteira também registra presença de grupos paramilitares. A vizinhança Norte de Santander-Táchira é o espaço mais dinâmico da fronteira, muitas vezes considerado um terceiro país. Com uma população de quase 3.000.000 de habitantes, concentrando 85% no entorno urbano, essa fronteira possui uma avançada infraestrutura de vias, energia e telecomunicações, com um intenso fluxo de bens, pessoas e serviços. A fronteira Arauca-Apure contrasta a riqueza petrolífera com elevados índices de pobreza, baixa presença estatal e cultivos de coca. Por fim, a região de Vichada/Guainía-Amazons, com baixa densidade populacional, ausência dos Estados e ampla fonte de recursos naturais, conta com cultivos de coca e constitui-se num corredor estratégico para as atividades de transporte de armas e drogas pelas FARC (BUELVAS Y PIÑEROS, 2008).

Os Departamentos colombianos fronteiriços com a Venezuela constituem um palco de atuação de paramilitares, guerrilheiros e narcotraficantes, envolvidos em atividades como o contrabando de gasolina e outras mercadorias, o tráfico de armas e a produção e comércio de drogas. Esses grupos protagonizam disputas e alianças

por territórios, por domínio de zonas de cultivo de coca e de produção de cocaína, pelo controle de rotas dos tráficos de drogas e de armas, combustíveis e outros. As guerrilhas também utilizam esses espaços fronteiriços para coordenarem seus ataques contra o Estado colombiano. A atuação das forças públicas militares, principalmente colombianas, contra esses grupos ilegais armados completa o cenário dessas fronteiras. Seja qual for o tipo de confrontação, as consequências sobre as populações locais são recorrentes, com inúmeras violações de direitos humanos e deslocamentos forçados de populações. Os deslocamentos para a Venezuela trazem graves consequências ao país, que, impossibilitado de dar refúgio a toda enormidade de colombianos deslocados, passa a conviver com problemas institucionais, políticas públicas sobrecarregadas, militarização da vida social nas fronteiras e xenofobia de determinados grupos sociais em relação aos colombianos.

Nesta década de 2000, as ações militares da “Política de Segurança Democrática” do governo de Álvaro Uribe, nos marcos do Plano Colômbia, obtiveram vitórias expressivas na recuperação de territórios nos Departamentos de Arauca, Guajira e Norte de Santander, obrigando as guerrilhas recuarem às regiões de selva, como Sierra Nevada de Santa Marta (Guajira, Cesar e Magdalena), Catatumbo (Norte de Santander), Piedemonte Llanero (Arauca). O processo de desmobilização oficial dos paramilitares das AUC também contribuiu para a retomada do controle sobre esses territórios. Ocorre que essas vitórias não foram capazes de neutralizar as ações dos grupos ilegais armados, de eliminar o narcotráfico e outros tipos de tráficos ilegais e nem de desarticular as estruturas sociais, econômicas e políticas criadas pelos paramilitares nessas regiões (LAVERDE Y GÓNGORA, 2009). Diante das ofensivas do Estado colombiano, os grupos ilegais armados modificaram suas estratégias, diminuindo os combates e desenvolvendo ações seletivas nas fronteiras dos Departamentos de Arauca, Guajira e Norte de Santander com a Venezuela. Em Arauca, região de cultivos de coca, a retomada de importantes territórios pelo Estado colombiano levou os guerrilheiros das FARC e do ELN a se confrontarem pelo controle de rotas de tráfico de drogas, de abastecimento e de fuga para o território venezuelano do Estado de Apure. Cada vez mais a região de Apure vem sendo utilizada pelas guerrilhas como ponto de fuga, retaguarda, abastecimento e cativeiro de seqüestrados (COYUNTURA DE SEGURIDAD 21, 2008). Ainda em Arauca, devido à grande presença de forças militares colombianas na área do oleoduto Caño Limón-Covenas, alvo recorrente das ações guerrilheiras, as FARC e o ELN têm diminuído os embates envolvendo frentes militares contra as forças públicas, passando a praticar ações de sabotagem contra a infraestrutura de energia. No Departamento, embora em baixa presença, também são encontrados membros paramilitares das Águilas Negras, do Ejército Revolucionário Popular Antiterrorista da Colômbia e do Bloque Llaneros. Em Guajira, as áreas fronteiriças com o Estado venezuelano de Zulia constituem retaguardas estratégicas para as FARC e o ELN, que também praticam o recrutamento forçado de populações. Além disso, diversos grupos paramilitares disputam o controle do tráfico de drogas na fronteira, impondo controles sobre populações e territórios. Em Norte de Santander, com a retomada de territórios importantes pelo Estado colombiano, guerrilheiros e paramilitares têm praticado alianças em torno dos cultivos de coca e o tráfico de drogas nas fronteiras com o Estado venezuelano de Táchira. Grupos de paramilitares também controlam o contrabando de combustível proveniente da Venezuela (GÓNGORA, 2009).

Como vimos, o conflito colombiano e sua relação com o narcotráfico têm vários desdobramentos no território venezuelano. Nos últimos anos, não só por conta de questões relacionadas ao conflito colombiano e ao narcotráfico, as relações entre os dois países em temas de segurança e defesa foram se deteriorando, gerando um ambiente de desconfianças, suspeitas, tensões e decisões unilaterais, que resultaram num completo abandono dos acordos, mecanismos e perspectivas de coordenação binacional no enfrentamento dos referidos problemas. Com modelos ideológicos e sociopolíticos distintos, os governos de Álvaro Uribe e de Hugo Chávez criaram doutrinas de segurança divergentes, embora parecidas nos aspectos de serem militarizadas, concentradas na figura presidencial e instrumentalizadas para respaldar a popularidade doméstica e a legitimidade internacional desses governos. Do lado venezuelano, o governo de Hugo Chávez sempre fez duras críticas às relações colombianas com os EUA,

divergindo desses países no que diz respeito à estratégia de combate ao terrorismo internacional, ao tratamento conceitual dado as FARC e o ELN, à percepção do desenvolvimento do paramilitarismo e à política militarizada de combate às drogas (Plano Colômbia). Para o governo venezuelano, a Colômbia não consegue cuidar plenamente de suas fronteiras, não confere punição devida aos paramilitares e os efeitos do Plano Colômbia têm causado grande instabilidade regional e transfronteiriça. Há uma grande percepção na Venezuela, não só do governo Chávez, de que o conflito colombiano traz ao país, além dos custos dos refugiados e *indocumentados* colombianos, a criminalidade, o narcotráfico e a insegurança (CORREAL Y VASQUEZ, 2008). Do lado colombiano, o governo de Álvaro Uribe nunca concordou com a posição declarada de neutralidade do governo Chávez em relação ao conflito interno da Colômbia, como também sempre discordou da postura venezuelana de não catalogar as guerrilhas como organizações terroristas e tratá-las como grupos beligerantes e interlocutores. A diplomacia presidencial colombiana fez pesadas críticas aos acordos e compromissos assumidos pelo governo venezuelano com as FARC, sem consentimento e notificação a Bogotá. Nessa perspectiva, a Colômbia atribuiu ao governo Chávez uma afinidade ideológica e política com as guerrilhas colombianas, acusando Caracas de apoiar as FARC com armas, dinheiro e refúgio territorial. Além disso, o governo colombiano promoveu críticas a Venezuela por não cooperar com os EUA e Colômbia no combate ao narcotráfico, fato que teria convertido a Venezuela num amplo e seguro corredor para embarque de drogas, provenientes da Colômbia, para África, Europa, EUA e América do Sul (estima-se que 50% da produção de cocaína colombiana passe pela Venezuela) (BUELVAS Y PIÑERO, 2008).

Nos últimos anos, os incidentes na fronteira e as crises diplomáticas entre os dois governos ocorreram com grande frequência. No que se refere às crises diplomáticas, de forma mais emblemática, vale citar alguns episódios que, para as “diplomacias dos microfones”, quase se desdobraram em guerra. Um ocorreu em março de 2008, quando a Força Aérea colombiana bombardeou um acampamento das FARC em território equatoriano e exibiu dados supostamente retirados dos computadores do executado Raúl Reyes, o “número 2” da guerrilha, evidenciando supostos vínculos entre a Venezuela e o grupo armado. Na ocasião, Chávez condenou o ataque, apoiou incondicionalmente o Equador, enviou tropas do exército para a fronteira com Colômbia e retirou todos os funcionários venezuelanos da embaixada em Bogotá. Outro episódio ocorreu em julho de 2009, após o governo colombiano denunciar um suposto desvio de armas venezuelanas, compradas da Suécia em 1998, para as FARC. Note-se que o governo sueco confirmou que havia feito a venda de lança-foguetes ao país. Hugo Chávez negou a denúncia, ordenou a saída do embaixador venezuelano da Colômbia e congelou as relações diplomáticas e comerciais com o governo colombiano. Para o governo venezuelano, a Colômbia fez essa acusação com o intuito de justificar o seu acordo militar com os EUA para a utilização de sete bases militares no país. Em várias ocasiões, Chávez tem dito que o acordo da Colômbia com os EUA pode ser a preparação para a invasão da Venezuela por tropas norte-americanas. Apesar da volta do embaixador venezuelano a Bogotá após esse episódio, as relações diplomáticas entre os dois países ficaram “congeladas”. O episódio mais recente envolvendo os dois países ocorreu em julho de 2010, quando o governo de Álvaro Uribe, em fim de mandato, apresentou denúncias a OEA, exibindo fotos, vídeos e testemunhos, de que as FARC e o ELN mantêm algo em torno de 20 a 39 acampamentos com aproximadamente 1500 guerrilheiros dentro do território venezuelano. A resposta do governo venezuelano foi a ruptura das relações diplomáticas com a Colômbia. Embora a diplomacia venezuelana tenha reconhecido a presença de guerrilheiros colombianos no país, negou que o governo apoiasse esses grupos e reafirmou que as Forças Armadas combatem e entregam membros guerrilheiros para a Colômbia.

Em conjunto, o que ficou evidente nessas crises entre Colômbia e os seus vizinhos Equador e Venezuela, durante os governos de Álvaro Uribe, Rafael Correa e Hugo Chávez, foi que os projetos políticos e ideológicos internos e as alianças externas desses governos criaram posições de difícil conciliação. Até mesmo as instituições internacionais (OEA, UNASUL, Grupo do Rio) e os governos da região, que poderiam encaminhar os conflitos, foram vistos e acionados por esses governos a partir de uma perspectiva ideológica. Concentrando as ações de

política exterior nas figuras dos presidentes, que trocaram os canais diplomáticos por pronunciamentos midiáticos de grande impacto, esses governos sacrificaram, nos últimos anos, as possibilidades de saídas conjuntas para as questões relacionadas aos assuntos de segurança e defesa na sub-região.

## Referências bibliográficas

- BUELVAS, Eduardo Pastrana; PIÑEROS, Diego Vera (2008). “¿Irreversibilidad de la degradación de las relaciones político-diplomáticas?” En: BUELVAS, Eduardo Pastrana; WIELAND, Carsten; RESTREPO, Juan Carlos Vargas (editores). *Vecindario agitado. Colombia y Venezuela: entre la hermandad y la conflictividad*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, pp.221-264.
- CÓRDOBA, Carlos Espinosa Fernández (2006). “¿Es posible una nueva política de narcotráfico en Ecuador?” En: *Relaciones del Ecuador con sus países vecinos (Colombia-Perú)*. Quito: ILDIS-FES, pp. 117-128.
- CORREAL, Olga Lucía Ilera; VÁSQUEZ, Juan Carlos Ruiz (2008). “Colombia-Venezuela: dos maneras de comprender la seguridad”. En: BUELVAS, Eduardo Pastrana; WIELAND, Carsten; RESTREPO, Juan Carlos Vargas (editores). *Vecindario agitado. Colombia y Venezuela: entre la hermandad y la conflictividad*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, pp.221-264.
- COYUNTURA DE SEGURIDAD N.21 (2008). *Colombia: la seguridad y la defensa en las fronteras*. Fundación Seguridad y Democracia. Bogotá, agosto de 2008.
- ESPINOSA, Roque (2009). “El enclave cocalero colombo-ecuatoriano”. En: JARAMILLO, Grace (compiladora). *Construyendo puentes entre Ecuador y Colombia*. Quito: FLACSO, pp.81-127.
- FARAH, Douglas y SIMPSON, Glenn (2010). *Drogas, matones y la revolución ciudadana*. New York: International Assessment and Strategy Center.
- GÓNGORA, Edwin Tapia (2009). *Reporte de seguimiento al conflicto armado, desplazamiento forzado interno, desplazamiento transfronterizo, política de atención al desplazamiento y refugio en la zona de frontera colombo-venezolana durante al primer semestre de 2009*. Bogotá: CODHES –Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP NFORME (2004). *Las fronteras de Colombia: el eslabón débil de la política de seguridad de Uribe*. Quito/Bruselas: Informe sobre América Latina N.9.
- LAURET, Sander (2009). *La frontera norte ecuatoriana ante la influencia del conflicto colombiano: las sorprendentes dimensiones de la dinámica transfronteriza entre la provincia de Carchi y el departamento de Nariño*. Quito: Ediciones Abya-Yala.
- LAVERDE, Zully; GÓNGORA, Edwin Tapia (2009). *Tensión en las fronteras: un análisis sobre el conflicto armado, el desplazamiento forzado y el refugio en las fronteras de Colombia con Ecuador, Venezuela y Panamá*. Bogotá: CODHES –Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento.
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES (2008). *Ecuador reitera su posición pacífica y soberana*. Quito: Boletín de Prensa, N. 716.
- ROMÁN, José Gallardo (2005). *El Plan Colombia y sus efectos sobre Ecuador*. Quito: Eskeletra editorial.
- URIGÜEN, Hernán Moreano (2008). *Ecuador-Colombia: entendiendo el problema fronterizo*. Santiago: Programa Seguridad y Ciudadanía, N.1, FLACSO-Chile.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC (2010). *Monitoreo de Cultivos de Coca en Colombia 2009*. Vienna.
- VÁSQUEZ, Rosa (2005). “El narcotráfico en la agenda de seguridad del Ecuador”. En: LEIVA, Javier Ponce (editor). *La seguridad del Ecuador: del 11 de septiembre al Plan Patriota*. Quito: Ediciones Abya-yala, pp.191-216.

Recebido em 08/09/2010  
Aprovado em 09/12/2010

## Resumo

O artigo apresenta um breve panorama das relações entre o governo de Álvaro Uribe e os governos de Rafael Correa e de Hugo Chávez diante dos impactos do conflito colombiano sobre as fronteiras Colômbia-Ecuador-Venezuela.

## Abstract

The article presents a brief panorama of the relations between the government of Alvaro Uribe and the governments of Rafael Correa and Hugo Chavez of the impacts of the Colombian conflict on the Colombia-Ecuador-Venezuela borders.

Palavras-chave: Conflito colombiano; Fronteiras Colômbia-Ecuador-Venezuela; Plano Colômbia.

Key words: Colombian conflict; Colombia-Ecuador-Venezuela borders; Colombia Plan.

